

## IRRIGAÇÃO E/OU REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE?

Peter H. May  
Assessor de Programas,  
The Ford Foundation

### 1 - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITOS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS

A inexistência de uma tradição de irrigação no Nordeste se deve em grande parte ao vínculo entre o controle sobre utilização dos recursos hídricos e o controle sobre a propriedade da terra. Isto é tanto mais relevante quando se considera que o acesso ao crédito tem sido circunscrito aos que possuem título de propriedade fundiária, beneficiando particularmente os grandes produtores. Sendo a estrutura fundiária historicamente concentrada, a maioria dos produtores não tem acesso à propriedade da terra ou são minifundiários, tendo, portanto, grande dificuldade de investir nas estruturas físicas e sistemas organizacionais necessários à irrigação. Os recursos hídricos ficaram subordinados ao controle de um grupo limitado, o que cria sérias dificuldades para os pequenos produtores quando a seca reduz a disponibilidade de água para as culturas em áreas de sequeiro.

Todas as águas na zona semi-árida são consideradas recursos públicos de propriedade comum por lei federal (Código de Águas, Decreto Nº 24.643 de 1934, Artigo 5). Contudo, as implicações desta disposição para o acesso dos produtores aos recursos hídricos nunca foram esclarecidas. A parte dos projetos de irrigação pública, a exploração dos recursos hídricos no Nordeste, superficiais ou subterrâneos, é deixada principalmente aos proprietários dos terrenos à margem dos corpos d'água ou onde se localizem águas subterrâneas, independentemente de licença estadual ou federal. Na prática, esta é a forma predominante de controle dos direitos de utilização dos recursos hídricos no Nordeste brasileiro, apesar da preocupação social com a água como recurso escasso, e seu tratamento por lei como propriedade comum.

Devido à escassez freqüente de chuvas no Nordeste, órgãos federais como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) têm tido liberdade de ação dentro dos estados, para desenvolver o potencial dos recursos hídricos e responder às emergências causadas pelas secas. Muitas vezes, porém, tais órgãos simplesmente substituem os proprietários anteriores, sem se preocupar em garantir efetivo acesso público aos recursos hídricos controlados por programas governamentais, como será visto adiante.

No caso especial dos perímetros de irrigação administrados pelo governo federal, a Lei de Irrigação (Lei Nº 6.662, de 1979) permite que o DNOCS e a CODEVASF controlem os fluxos d'água, se o fim previsto é irrigação pública. As águas obtidas desta maneira e a infra-estrutura comum instalada para sua distribuição ficam sob controle do DNOCS ou da CODEVASF, mesmo se o perímetro estiver emancipado da administração federal direta.

## 1. 1 – METAS DA REFORMA AGRÁRIA

Como vários autores já constatarem, as secas no nordeste brasileiro constituem principalmente um problema social e não climático (HALL, 1978; SAMPAIO, et al., 1979; SUDENE, 1985). A vasta maioria dos produtores rurais nordestinos não tem propriedade de terra, ou subsiste em glebas de tamanho economicamente inviável. A reforma agrária proposta pelo governo Sarney poderá aliviar algumas das iniquidades na estrutura fundiária. No entanto, a experiência dos anos de seca, quando os primeiros a alistar-se nas frentes de serviço são pequenos proprietários, demonstra que a simples distribuição de títulos de propriedade não resolverá os problemas da região (HALL, 1978). Uma reforma agrária de alcance maior precisa incorporar crédito, tecnologia (inclusive no que diz respeito ao manejo dos recursos hídricos), armazenagem e sistemas de comercialização.

Reconhecendo o caráter social do acesso à água, técnicos responsáveis pelo programa de reforma agrária têm sugerido que os pontos d'água dentro de projetos de assentamento na região semi-árida sejam tratados como propriedade comum. Todos os beneficiários obteriam, então, direitos equivalentes sobre as águas dentro de tais projetos, e tais direitos não poderiam ser vendidos (O povo, 29/6/86).

As próximas seções deste trabalho revisarão a política governamental com respeito à administração dos recursos hídricos do Nordeste, sugerindo meios para alcançar um melhor entrosamento entre a reforma agrária e o desenvolvimento dos recursos hídricos da região.

## 2 – AÇÃO PÚBLICA EM RESPOSTA À ESCASSEZ DE ÁGUA

O investimento no desenvolvimento dos recursos hídricos no Nordeste tem sido tão errático quanto as chuvas. O governo federal, que historicamente tem dominado tais investimentos, tem-se mostrado propenso a responder a crises e a ignorar a região nordestina nos anos em que ocorrem precipitações. HIRSCHMAN, (1963) sugere que os fatores que afetam as despesas públicas no setor são: (1) ocorrência de seca e (2) presença de nordestinos nas posições-chave de tomada de decisões.

Na administração atual, iniciada logo após uma das secas mais prolongadas registradas no Nordeste e encabeçada por um Presidente e vários ministros nordestinos, era previsível que houvesse uma ênfase renovada na questão regional de recursos hídricos, segundo a hipótese de Hirschman. Com efeito, o Presidente Sarney declarou como prioridade o crescimento acelerado da agricultura irrigada no Nordeste, tendo aprovado um plano quinquenal para irrigar mais de um milhão de hectares em projetos públicos e privados na região.

As próximas seções questionam até que ponto esta política de irrigação intensificada responde aos fatores que têm limitado a produção agrícola na região, numa retrospectiva histórica da política de recursos hídricos no Nordeste.

## 2. 1 – A SOLUÇÃO HIDRÁULICA

Os órgãos públicos criados para enfrentar os problemas periódicos de escassez hídrica na região enfatizaram inicialmente a armazenagem de água, uma política que tem sido chamada de "solução hidráulica". Desde 1909, quando foi criada a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS (depois renomeada DNOCS),

a política principal para reduzir a vulnerabilidade às secas foi construir açudes e poços na área do polígono das secas.

A açudagem e a perenização dos rios a jusante dos açudes poderiam ter encorajado uma maior utilização de água para a agricultura irrigada. No entanto, durante toda a primeira metade deste século, não se verificaram esforços significativos no sentido de aproveitamento dos açudes construídos para a irrigação de culturas.

A instalação de uma infra-estrutura eficiente para a irrigação implicaria a necessidade de alterar a "sagrada" instituição da propriedade privada. A estrutura fundiária nos baixos aluviais das bacias que possuíam um fluxo d'água suficiente para irrigação era, freqüentemente, bastante concentrada, ou fragmentada em faixas estreitas, a partir das margens dos rios. Lotes irrigados, em comparação, teriam que ser dimensionados em resposta às condições do solo e topografia, e de forma a permitir projetos eficientes de infra-estrutura de irrigação. Tais requisitos implicariam, muitas vezes, desapropriação e reorganização do uso da terra para corresponder às demandas da infra-estrutura.

Para evitar conflitos com as elites cujo apoio político era essencial à sobrevivência da instituição – e, em muitos casos, à manutenção de seus empregos – os técnicos do DNOCS evitaram a irrigação (HIRSCHMAN, 1963). As frentes de serviço emergenciais durante os anos de seca abriram estradas e construíram pequenos açudes em terras privadas, os quais serviam melhor aos interesses dos grandes proprietários. Com a construção de estradas, valorizavam-se as suas propriedades graças ao melhor acesso ao mercado, enquanto que os açudes asseguravam a sobrevivência do gado. As frentes de serviço também ajudavam a fixar a força de trabalho nas áreas rurais às custas do poder público, eximindo os proprietários deste ônus.

## 2. 1. 1 – AÇUDAGEM PÚBLICA VERSUS PRIVADA

Enquanto mais de 75% dos açudes construídos no Nordeste foram instalados em terras privadas, mais de 90% da água foi armazenada em açudes públicos (Tabela 1) <sup>1</sup> Embora a política do DNOCS preconize que as terras ao redor dos açudes públicos devam ser desapropriadas e alugadas a pequenos produtores em contratos de longo prazo, verifica-se que tais terras ainda permanecem, em grande parte, sob controle dos seus donos originais. Freqüentemente, os proprietários simplesmente não aceitaram a quantia oferecida como indenização. Num estudo recente, LEAL (1987), analisando dados sobre cinco açudes públicos principais do Ceará, constatou que 45% dos quase 150 mil hectares dentro das bacias hidrológicas destes reservatórios não tinham sido desapropriados. É possível que esse número superes-time a área potencialmente útil para cultivo. No entanto, a existência de conflitos sérios entre os pequenos produtores assentados ao redor dos açudes públicos e os proprietários de terras nas proximidades dos açudes indica o fracasso da política de armazenagem d'água para aqueles que são os mais suscetíveis à seca (LIMA, et al. 1987)

Em muitos casos, os grandes proprietários nem precisam reter o controle direto sobre terras beneficiadas pela construção dos açudes públicos para efetivamente impedir seu uso por pequenos produtores. Apesar de os contratos de aluguel do DNOCS proibirem o plantio de pastos – exceto quando a capacidade do solo é imprópria para a produção agrícola – tais proprietários convencem os pequenos arrendatários a ceder áreas na beira do açude para plantar pastos. Em alguns casos, esses arrendatários sublocam seus lotes por um valor superior ao arrendamento que pagam ao DNOCS mas, em muitos casos, os proprietários simplesmente levam o gado

para dentro dos lotes, prejudicando as culturas dos arrendatários e forçando-os a ceder os seus direitos

TABELA 1. AÇUDES NO POLÍGONO DAS SECAS: 1982\*

	Públicos		Privados		Total	
	n	%	n	%	n	%
Número	279	24,8	847	75,2	1.126	100
Capacidade (milhões de m <sup>3</sup> )	14.639	92,2	1.235	7,8	15.875	100
Capacidade Média (milhões de m <sup>3</sup> )	52,47		1,46		14,10	

\* O açude de Sobradinho (capacidade 34 bilhões de m<sup>3</sup>) não incluído.

FONTES: SUDENE. *Nordeste em Dados*. Recife, 1985.

DNOCS. *Relatório*. Fortaleza, 1984.

Se o acesso às terras nas margens dos açudes públicos é efetivamente restrito, não é difícil imaginar as condições de acesso aos recursos hídricos dentro das propriedades privadas na região. Um grande número de açudes "privados" na realidade foi construído através de um programa de cooperação entre DNOCS e proprietários privados. Aproximadamente 610 – ou 72% do total dos açudes privados construídos na região – foram construídos neste esquema entre 1909 e 1984 (BORGES, 1985; ver Tabela 1). Muitos foram construídos com mão-de-obra empregada com baixos salários nas frentes de emergência mas, apesar disso, foram cercados para impedir seu uso pelo público, servindo unicamente para fornecer água ao gado.

A construção de açudes pelo programa emergencial "dentro da propriedade" durante a seca de 1979-1983 foi acompanhada pelo requisito legal de que os proprietários assegurassem, aos alistados nas frentes de emergência, acesso a tais açudes. Embora muitos proprietários tivessem, talvez, a intenção de fazê-lo, entre vistas realizadas para este estudo evidenciaram que, em muitos casos, os proprietários barraram o acesso, cercando o açude e/ou impondo proibições, usando, inclusive, ameaças de violência. Isto reforça a posição do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), seção nordestina, segundo a qual unicamente após a desapropriação ou doação de direitos de uso se justifica o investimento em construções emergenciais de cunho hídrico em terras privadas (CNBB, 1982).

## 2. 2 – A IRRIGAÇÃO ALCANÇA PRIORIDADE

A incapacidade da "solução hidráulica" no sentido de obter qualquer melhoramento nas condições de produção no sertão ficou dramaticamente evidente durante a grande seca de 1958, quando mais de meio milhão de flagelados tiveram que recorrer a frentes de serviço para sobreviver

Nesta época, o Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Celso Furtado, constatou não só que a estratégia de açuda-

gem tinha sido insuficiente para fornecer à economia regional maior resistência às secas, mas que esta política tinha levado a região a ficar mais vulnerável ainda. Isto porque as políticas adotadas favoreceram especificamente a armazenagem de água para a pecuária, em vez de estimular a agricultura no polígono das secas. Em consequência, o crescimento da população rural não foi acompanhado por maior estabilidade no abastecimento de alimentos (SAMPAIO, et al., 1979).

As recomendações do GTDN (1959) serviram como fundamento para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), responsável pela coordenação dos recursos para o desenvolvimento do Nordeste. A SUDENE enfatizou a utilização dos vales, irrigáveis em conjunto com a desapropriação de terras necessárias para a instalação de perímetros públicos. Por outro lado, reconheceu que a agricultura na zona semi-árida teria de ser reorganizada mas, em vez de propor uma reforma agrária, optou pelo fortalecimento da pecuária, que chegou a ser o único beneficiário significativo dos subsídios agropecuários para a região através de programas tais como o FINOR-Agropecuário.<sup>2</sup>

Esta "estratégia de ajuste ecológico" (PESSOA, s.d.) combateria a seca através da intensificação da agricultura irrigada dentro de bolsões restritos da zona semi-árida. No entanto, nas áreas de sequeiro fora dos perímetros irrigados, onde se localizam 99% das terras agriculturáveis,<sup>3</sup> a política agropecuária regional acarretou uma concentração ainda maior do controle de recursos.

O Programa Plurianual de Irrigação (PPI) foi apresentado em 1971, propondo a implantação de infra-estrutura para irrigar 195 mil hectares no Nordeste até 1980. Dos 53 projetos propostos para execução, 36 seriam instalados pelo DNOCS e 17 pela CODEVASF. As metas para 1980 incluíam a criação de 230 mil empregos diretos e indiretos e a elevação para US\$ 360 da renda per capita dos colonos dos projetos de irrigação (SAMPAIO, et al., 1979).

Os objetivos do programa de irrigação para o Nordeste seriam alcançados através do desenvolvimento de perímetros públicos de irrigação, envolvendo colonização por pequenos produtores em terras desapropriadas e desenvolvidas com infra-estrutura adequada. Esta forma de irrigação foi vista como medida para incorporação do pequeno produtor ao mercado, mas o controle efetivo sobre a terra e a água foi colocado nas mãos do governo.

## 2. 2. 1 – IRRIGAÇÃO PÚBLICA NO NORDESTE

Os resultados dos programas de irrigação raramente alcançaram as projeções otimistas. Até 1985, dos 195 mil hectares propostos dentro do PPI, só 60 mil hectares, ou menos de um terço, tinham infra-estrutura instalada para irrigação. A proporção de área com sistemas instalados, mas sem estar em funcionamento, era de 22%. A maior parte da área ocupada por projetos da CODEVASF e por um terço de toda a irrigação pública nordestina até esta data foi destinada para empresários, e não para pequenos produtores (SUDENE, 1985).

Gastos não previstos e atrasos contribuíram para que os custos desses projetos fossem excepcionalmente altos, sendo estimados entre US\$ 7,3 mil e US\$ 11,5 mil por hectare irrigado. Os custos adicionais em infra-estrutura social e de apoio são estimados na ordem de US\$ 4 mil por hectare (FAO/BIRD, 1983).

Enquanto a produtividade por safra é razoável, os irrigantes nordestinos raramente alcançam a intensidade de produção agrícola planejada, ou seja, duas safras anuais, o que justificaria o investimento. O problema é que os custos aumentam com a intensidade de produção. Se o crédito não for obtido a tempo, ficará prejudicada a capacidade dos irrigantes de completar mais do que um ciclo agrícola ou mesmo de

enfrentar os custos e lucrar de forma adequada em um único ciclo. Além do mais, se os canais de comercialização e capacidade de armazenagem forem inadequados, os preços recebidos pelos produtores não compensarão suas despesas. Neste sentido, a vulnerabilidade dos irrigantes não é menor do que se fossem produzir com métodos tradicionais.

Pior ainda, os colonos nestes esquemas têm recebido pouca autonomia para enfrentar tais dificuldades. Irrigantes nos projetos públicos são sujeitos à tomada de decisões altamente centralizada por parte dos órgãos executores. Manejo d'água, seleção das culturas e insumos são todos determinados por técnicos federais, com pouca ou nenhuma participação dos irrigantes. As cooperativas organizadas pelos órgãos executores também apresentam maus resultados, havendo falta de respeito às necessidades dos irrigantes e, mesmo, casos de corrupção. Os custos do preparo da terra, insumos, fornecimento d'água e amortização da infra-estrutura são deduzidos das rendas pela cooperativa, que também administra o crédito, deixando pouca autonomia ao irrigante em decisões sobre a produção e utilização d'água (LEITE, 1981). Um produtor entrevistado para o presente estudo chegou mesmo a descrever como "escravidão branca" sua experiência como colono num perímetro do DNOCS no Ceará. A administração pela CODEVASF dos lotes de colonos estabelecidos numa proporção relativamente pequena dos perímetros na bacia do São Francisco tem sido igualmente autoritária (LAVINAS, 1986).

Os dois órgãos, em alguns casos, chegaram a interromper o fornecimento de serviços e a expulsar colonos que não seguiram suas diretrizes ao pé da letra e tentaram se organizar para contestar decisões administrativas a respeito da produção ou comercialização. Mesmo comportamentos sociais que contrariam normas preferidas pelos administradores sofreram sanções. Num caso que chegou a ser noticiado na revista *Veja*, uma mulher que tinha sido abandonada pelo marido teve que pedir ao Presidente da República para deixá-la ficar como administradora do lote familiar, porque os técnicos do DNOCS insistiam que ela "procurasse outro companheiro" ou deixasse o perímetro.

Qual o êxito da irrigação pública em alcançar os objetivos sociais do PPI? Os projetos públicos de irrigação em operação têm gerado um total de aproximadamente 26 mil empregos diretos e, segundo uma estimativa, 52 mil empregos indiretos (SUDENE, 1985). Este nível de emprego é defasado da meta do PPI para 1980 em mais de 150 mil empregos.

Pesquisa de campo realizada por HALL (1978) em três perímetros públicos irrigados na região revelaram que de duas a seis vezes mais produtores foram deslocados devido à desapropriação e inundação para armazenagem d'água e instalação dos perímetros, do que o número de produtores assentados. A relação entre o número de deslocados e os assentados depende do nível inicial de concentração da terra na área onde a estrutura fundiária é altamente concentrada, mais pessoas se beneficiarão pela desapropriação e assentamento. Infelizmente, as terras selecionadas para irrigação pública nem sempre têm sido as mais inequitativamente distribuídas.

Para seis perímetros no médio São Francisco, LAVINAS (1986) apresenta dados que sugerem que aproximadamente o mesmo número de produtores desapropriados foram assentados, mas poucos destes foram as mesmas famílias que ocupavam as áreas originalmente. Os cálculos de custo e benefício realizados para justificar a instalação dos projetos tenderam a descontar a produção dos produtores em áreas planejadas para irrigação, ignorando os custos de reassentamento destes. Por isso é discutível que a estratégia de irrigação pública esteja levando a uma redução líquida na vulnerabilidade da população aos efeitos da seca.

Também tem sido questionado se esta estratégia tem atingido as metas propostas no que se refere à melhoria de renda dos irrigantes assentados nos perímetros públicos. Num estudo com dados do DNOCS, AZEVEDO et al. (1986) mostram que a renda líquida média por família em sete dos projetos públicos de irrigação evidencia uma distribuição de US\$ 151 a US\$ 696 em 1980 entre os projetos, com a média geral dos sete projetos situando-se em aproximadamente US\$ 360 por família irrigante. A meta do PPI de US\$ 360 *per capita* para 1980, então, esteve longe de ser realizada. As culturas comerciais tais como cana-de-açúcar, cebola, melão, uva e tomate, produzidas sob contrato direto com agroindústrias locais, mostraram os melhores retornos, mas envolveram os irrigantes num relacionamento complexo de dependência e subordinação aos interesses do capital (LAVINAS, 1986). Além do mais, eles deixaram de produzir as culturas alimentícias necessárias para substituir importações periódicas pelo Nordeste. Pergunta se, então, se o investimento intensivo pelo governo em infra-estrutura de irrigação traz benefícios verdadeiros, do ponto de vista de um desenvolvimento regional equitativo.

### 2. 3 – SÍNTESE

A análise anterior evidencia que o desenvolvimento dos recursos hídricos no nordeste brasileiro não favoreceu a maioria dos produtores que são periodicamente afetados pela seca. A construção de açudes e a perenização dos rios beneficiou principalmente os grandes proprietários, que retêm controle de fato sobre os direitos às terras e águas, mesmo quando estas foram desapropriadas para redistribuição. Os projetos de irrigação freqüentemente beneficiam os empresários, e os esquemas de colonização têm sido mal administrados por burocracias altamente paternalistas e autoritárias.

A incapacidade dos programas anteriores para o desenvolvimento dos recursos hídricos regionais em atacar efetivamente as inequidades da economia rural, e sua tendência a exacerbá-las, sugere a necessidade urgente de questionar o atual programa acelerado de irrigação do governo.

### 3 – REFORMA AGRÁRIA E/OU IRRIGAÇÃO NO NORDESTE?

O anúncio, pelo Presidente Sarney, do plano de ação acelerado para irrigar mais de um milhão de hectares no Nordeste durante um período de cinco anos (1986-90) foi feito logo em seguida ao anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que redistribuiria 19 milhões de hectares na Região. O enfraquecimento do PNRA na sua forma final, configurado na diretriz de afetar unicamente as “terras improdutivas” e proteger o latifúndio, foi disfarçado, em parte, pelo compromisso enfático com a irrigação, o que foi politicamente muito conveniente.

Através do PROINE, o governo pretende gastar US\$ 4.3 bilhões durante cinco anos, uma quantia equivalente ao orçamento de todos os outros programas de desenvolvimento rural no Nordeste, inclusive a reforma agrária e o programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP (Isto é, 14/5/86). Como nos planos anteriores para a irrigação nordestina, o PROINE é apresentado como panacéia para os males da região, com metas de modernizar a vida rural e aumentar emprego e renda. Os projetos de irrigação são visados como pólos de desenvolvimento regional, estimulando conexões “para frente” (forward linkages) com agroindústrias, e motivando produtores a adotarem novas tecnologias através do efeito demonstrativo. Tais projetos atacariam a concentração fundiária distribuindo lotes para peque-

nos produtores dentro de perímetros irrigados. O volume de produção e produtividade das culturas aumentaria também em terras privadas. De passagem, o PROINE menciona a necessidade de integrar o programa com outros componentes do PAPP (SUDENE, 1986).

Esta seção avalia as diferenças em estratégia de implementação e os pontos de conflitos potenciais entre o PROINE e o programa nordestino de reforma agrária. Nesta avaliação, a ordem de apresentação reflete as fases distintas de implementação programática, o que evidencia paralelos entre os dois programas.

### 3. 1 - PRIORIZAÇÃO DE ÁREAS DE AÇÃO

A identificação de áreas prioritárias para irrigação pública dentro do PROINE foi realizada com referência principalmente às características físicas dos recursos hídricos e terrestres promissoras para agricultura irrigada. Os critérios fundamentais para seleção são: que a área possua solos adequados para a produção intensiva de culturas e dentro de condições onde a distribuição de água dos açudes e fluxos hídricos existentes seja econômica em relação à produtividade agrícola potencial. Áreas desapropriadas para irrigação pública são tipicamente bem maiores do que o necessário para implantação dos perímetros em si, de forma a providenciar áreas para agricultura de sequeiro e pastoreio em complemento às atividades no lote irrigado.

Dentro do programa de reforma agrária, as áreas priorizadas para desapropriação e redistribuição seriam selecionadas, idealmente, segundo critérios que assegurassem a viabilidade dos projetos de assentamento. Várias propriedades dentro de uma área prioritária seriam melhor consolidadas para providenciar recursos hídricos e terrestres suficientes e para otimizar a capacidade de suporte rural.

Por vários motivos, no entanto, estas não têm sido as prioridades adotadas já que a seleção de áreas prioritárias é baseada na existência de conflitos quanto à propriedade da terra. Por isso, não existe garantia aos beneficiários de que as terras que ocupam possuam as capacidades hídricas ou edáficas necessárias para suportar uma intensificação na produção agrícola.

O programa de irrigação dentro do PROINE promete dificultar a viabilidade dos projetos de reforma agrária, na medida em que ocupe terras que, de outra forma, serviriam como locais propícios ao assentamento no âmbito daqueles projetos. Uma estimativa recente do total da área irrigável no futuro imediato na região semi-árida é de pouco mais de um milhão de hectares (ALVARGONZALEZ, 1986), uma área quase equivalente àquela incluída no PROINE. Há indícios de que as áreas priorizadas para a irrigação pública e privada são limitadas àquelas isentas de conflitos fundiários. Neste caso, as áreas priorizadas para irrigação não incluem justamente aquelas que são prioritárias para a reforma agrária, dentro dos procedimentos atuais.

Dos mais de um milhão de hectares a serem irrigados dentro do PROINE, quase 60% pertencem a proprietários privados. Apenas uma proporção mínima do apoio a ser dado para irrigação privada dentro do PROINE tem como beneficiário o pequeno produtor. Recursos da ordem de US\$ 1,06 bilhões foram orçamentados para apoiar a irrigação de terras controladas principalmente por grupos de empresários com crédito subsidiado, eletrificação e serviços de apoio técnico (SUDENE, 1986). Isto pode ser interpretado como um meio de perpetuar as metas do FINOR-Agropecuário e outros programas federais de investimento, as quais contri-

buíram para reforçar os latifúndios durante as últimas décadas. O resultado é que grandes propriedades atualmente improdutivas, que deveriam ser alvo da reforma agrária poderiam voltar a ser "produtivas" através de investimentos em irrigação privada com recursos do contribuinte.

Ao mesmo tempo, a restrição do PNRA à desapropriação de terras improdutivas implica que as áreas disponíveis para assentamentos serão aquelas que carecem de infra-estrutura hídrica essencial, assim aumentando os custos de fazê-las viáveis como unidades produtivas. Os beneficiários da reforma agrária continuarão sendo colocados em solos de baixa fertilidade, com pouco potencial para irrigação. Uma opção disponível imediatamente será colocar a mais alta prioridade no assentamento permanente de beneficiários da reforma agrária em terras, muitas ainda em litígio, ao redor dos açudes públicos e daqueles financiados pelo governo em terras privadas.

### 3. 2 - LOTEAMENTO, TITULAÇÃO E PROPRIEDADE COMUM

TEOFILO et al. (1986) recentemente descreveram as origens sociais e discutiram as justificativas atuais para a propriedade e produção associativa nos projetos da reforma agrária no Brasil. O uso associativo dos recursos hídricos é justificado pelas economias de escala obtidas no investimento conjunto. O desenvolvimento e manejo efetivo de sistemas associativos também requer o estabelecimento de conceitos de propriedade comum, especificando contribuições e estabelecendo limites ao comportamento individual. Tais controles são mais adequadamente estabelecidos e implementados por organizações locais em articulação com os órgãos públicos responsáveis pela administração dos recursos (UPHOFF, 1986). Isto é verdade não só para a administração dos recursos hídricos, mas também de outros bens públicos tais como equipamentos educacionais e culturais, armazenagem e comercialização, e investimentos indivisíveis, tais como máquinas agrícolas.

Nos projetos públicos de irrigação, os equipamentos de propriedade comum, tais como sistemas de armazenagem e de distribuição da água, têm ficado retidos sob rígido controle da burocracia federal. Uma combinação de administração paternalista com a falta de uma tradição de manejo coletivo da água na agricultura nordestina faz com que esta estrutura esteja longe de ser eficiente em termos do uso da água.

Se os custos de infra-estrutura são pelo menos iguais aos verificados em projetos comparáveis em outros países, as taxas impostas pelos órgãos federais responsáveis não têm refletido os custos marginais do suprimento da água, sendo estimadas na ordem de 10% dos preços cobrados em outras partes do mundo. Estas taxas foram impostas unicamente aos colonos nos perímetros públicos e não aos irrigantes privados, mesmo quando estes últimos tiram água dos açudes e rios perenizados com recursos públicos. Isto tem motivado o uso excessivo da água numa região onde este é o recurso mais escasso. Com investimentos crescentes na irrigação, pode-se prever que tal excesso tenderá a aumentar, resultando, eventualmente, em conflitos devido a usos competitivos ou conflitantes. Enquanto o DNOCS recentemente expressou sua intenção de preparar planos em nível de bacia e sub-bacia para o manejo racional dos recursos hídricos, tais planos levarão um bom tempo para ser concluídos, e a estrutura institucional para a administração ao nível de bacia está longe de ser formalizada (exceto no caso do São Francisco).

Os colonos em projetos de irrigação compartilham as aspirações mais imediatas dos beneficiários da reforma agrária para obter segurança na propriedade fundiária e controle legítimo sobre recursos produtivos. A titulação é um dos pontos

mais complexos nos dois programas. Os órgãos responsáveis desconfiam das intenções dos beneficiários. Nas condições de dominação e manipulação aos quais os beneficiários são sujeitos, tal desconfiança não surpreende, mas nem por isso se justifique.

Numa economia onde a especulação é profundamente enraizada, não surpreende que os irrigantes ou beneficiários da reforma agrária tenham vontade de vender suas parcelas de terra quando recebem seu título legal. É louvável que os administradores públicos progressistas procurem evitar que terras melhoradas através de despesas públicas retornem, desta forma, ao controle de proprietários ricos. Por outro lado, é difícil imaginar que pequenos produtores se sintam motivados a melhorar a terra que ocupam, se não possuem controle legal sobre a mesma. É improvável que uma terra legalmente controlada por um Estado que detém o poder de expulsar seus ocupantes se estes não se conformam ao comportamento esperado, seja tratada tão bem como as terras sob administração privada ou coletiva.

Esta observação se estende ao manejo dos recursos hídricos, no qual, como descrito acima, o controle dos órgãos públicos sobre os equipamentos comuns de armazenagem e distribuição d'água levou a ineficiências. O controle de tais equipamentos pelo Estado levou a que os irrigantes raramente se sintam responsáveis pela manutenção das estruturas, tais como canais de drenagem, que afetam diretamente a eficiência e viabilidade, a longo prazo da agricultura irrigada. Isto não implica, porém, que a privatização dos recursos de propriedade comum seja a solução. Tem que ser encontrado um equilíbrio adequado entre o controle privado e o interesse público.

Um problema adicional nos projetos de reforma agrária é o tamanho e forma das parcelas, os quais influenciam a viabilidade do manejo individual ou coletivo d'água. Recursos hídricos adequados são raramente espalhados de forma ampla sobre uma dada propriedade mas, em vez disto, são concentrados, seja em fluxos superficiais, seja em açudes ou poços instalados. A distribuição de parcelas de igual tamanho para todos os beneficiários implicará que alguns tenham controle sobre terra e recursos hídricos de melhor qualidade que outros. A intenção, anunciada pelo INCRA e citada anteriormente, de assegurar que todos os pontos d'água fiquem como propriedade comum é louvável, mas torna-se inexecutável se não forem explicitados mecanismos para a distribuição e manejo de tais recursos dentro dos projetos da reforma agrária.

### 3. 3 – SELEÇÃO DOS ASSENTADOS

O manejo dos recursos hídricos dentro dos projetos da reforma agrária é problemático, principalmente porque os beneficiários da reforma são freqüentemente individualistas. Em certo grau, o individualismo e descaso para com a propriedade pública são mais facilmente superados pela preocupação com o bem-estar coletivo, quando grupos de famílias que já formam algum tipo de comunidade são assentadas nos projetos. Neste sentido, tem mérito a prioridade dada pelo programa de reforma agrária à resolução de situações conflitantes, já que estes contextos são favoráveis à emergência de uma organização em prol de um objetivo coletivo.

Os projetos de reforma agrária que envolvem o assentamento definitivo dos beneficiários em terras que eles já ocupam também podem promover soluções mais imediatas para o manejo dos recursos de propriedade comum. Dentro de tais condições, é possível que a experiência anterior de organização do uso da mão-de-obra

e da terra sob o antigo proprietário (nos casos em que este realmente participava da administração da produção) oriente os beneficiários da reforma agrária a alcançar uma eficiência produtiva maior do que seria possível obter como indivíduos. Num ambiente de mercado competitivo capitalista, o sistema de produção mais adequado pode ser aquele que reproduza os aspectos técnicos mais eficientes da estrutura antecedente dentro de uma organização social coletiva.<sup>4</sup>

As repercussões negativas da incapacidade de selecionar grupos já coesos ficam claras no exemplo dos perímetros públicos de irrigação. Naqueles projetos, os colonos foram selecionados segundo critérios rigorosos quanto a de suas características familiares, mas pouco ou nenhuma atenção foi dada ao relacionamento entre as famílias. O fato é que interessa aos órgãos responsáveis pela administração dos projetos de irrigação pública manter os irrigantes fragmentados no sentido organizacional, e isolados uns dos outros economicamente. As cordas do paternalismo amarram o irrigante verticalmente à agência administrativa e enfraquecem as conexões horizontais com os outros irrigantes. As cooperativas dos irrigantes, ao atuar principalmente como apêndices de órgãos federais envolvidos, não têm fortalecido os laços de cooperação mas, em vez disto, jogam os colonos uns contra os outros como competidores pelo crédito escasso, por abastecimento d'água e serviços de equipamentos (LEITE, 1981).

### 3. 4 - INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Na sua história recente, o Nordeste brasileiro tem sido dominado pelo Sul tanto economicamente como tecnologicamente. As técnicas de manejo d'água e terra adequadas às características agroecológicas da região foram desenvolvidas pioneiramente por pessoas progressistas do IFOCS nos anos 1930 (DUQUE, 1973), mas foram abandonadas em favor de tecnologias intensivas de capital importadas. Essas tecnologias respondem, em parte, pelos altos custos da irrigação nordestina.

Em meados da década de 1970, com o surgimento do paradigma de "tecnologia apropriada", várias organizações se especializaram em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agrícolas e manejo de recursos hídricos adequadas aos pequenos produtores do sertão.<sup>5</sup> Estas atividades recentes de pesquisa e desenvolvimento aderiram à filosofia de "convivência com a seca". De acordo com os órgãos de irrigação pública envolvidos no PROINE, esta "convivência" implica investimento maciço em infra-estrutura tendo em vista aumentar drasticamente a produtividade (FUNDAÇÃO BAHIANA, 1984).

Outras instituições, críticas dos esquemas de irrigação e ajuda federal, sugerem que os recursos precisam ser aplicados ao nível comunitário, utilizando tecnologias simples e mais apropriadas ao ambiente semi-árido, em combinação com uma reforma agrária ampla que também assegure o acesso aos recursos hídricos para os pequenos produtores (CNBB, 1982). Neste sentido, o conceito de "convivência" é interpretado como uma busca de meios para estabilizar as rendas dos produtores e reduzir sua vulnerabilidade à seca, em vez de aumentar consideravelmente seus rendimentos. O objetivo é chegar a um número maior de produtores, principalmente àqueles que não moram nas poucas áreas onde o potencial de armazenagem d'água possibilita a irrigação pública em grande escala, e que não controlam recursos suficientes para que possam se beneficiar dos fluxos de capital de risco disponíveis através do PROINE para a irrigação privada.

O investimento em infra-estrutura adequada para manejo dos recursos hídricos nos projetos da reforma agrária necessitará, em grande medida, de apoio público, porque as taxas internas de retorno não são tão altas como naqueles projetos

baseados em técnicas tradicionais de irrigação. Além disto, não existe suficiente experiência na utilização de tecnologia adequada, o que torna o crédito para este tipo de programa bastante arriscado para os bancos. Deve-se considerar, também, que os beneficiários da reforma agrária, individualmente ou em associação, tem sido ignorados pelos programas recipientes de crédito para irrigação dentro do PROINE. É provável que os recursos dentro do PAPP destinados a investimentos em infra-estrutura em projetos da reforma agrária sejam insuficientes para proteger os beneficiários dos efeitos da seca.

A irrigação comunitária, utilizando água bombeada de poços ou rios, é uma inovação relativamente recente no uso dos recursos do PAPP. Em geral, tais projetos de irrigação ocupam menos de dois hectares por irrigante, e custam em torno de US\$ 2 mil por hectare irrigado – consideravelmente menos do que as suas contrapartidas públicas. Outra vantagem de tais projetos é que não precisam de uma estrutura burocrática de administração, mas, ao contrário, estimulam a cooperação comunitária devido à necessidade de coordenar a distribuição d'água para o lote de cada produtor. Se as terras dentro dos projetos de reforma agrária forem irrigadas maneira semelhante, seu loteamento precisa corresponder a um desenho (layout) efetivo em termos do custo da infra-estrutura. Como alternativa, áreas de propriedade comum poderão ser irrigadas para administração coletiva ou subdivididas em lotes individuais.

Outro uso de tais recursos até agora tem sido o estabelecimento de hortas comunitárias irrigadas, que proporcionam diversidade no consumo dos alimentos, assim como algum excedente para venda.

Em vez de aceitar doações em alimentos para aliviar os efeitos da seca, algumas poucas comunidades tiveram a visão de pedir que os recursos fossem fornecidos em dinheiro, destinando-os à perfuração de poços e instalação de equipamentos de irrigação. Abóbora, no município de Tauá, Ceará, é um caso onde, com o apoio adicional de uma organização alemã, a comunidade conseguiu aplicar doações nacionais de fontes privadas para criar um sistema estável de abastecimento de água em maneira semelhante, seu loteamento precisa corresponder a um desenho (layout) efetivo em termos do custo da infra-estrutura. Como alternativa, áreas de propriedade comum poderão ser irrigadas para administração coletiva ou subdivididas em lotes individuais.

### 3. 5 – ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO E EMANCIPAÇÃO

Como meio para cortar despesas e responder às críticas à irrigação federal, o governo anunciou sua determinação de emancipar os perímetros públicos da administração federal, devolvendo todas as funções, menos a distribuição de água, aos irrigantes. Em alguns casos, tal emancipação atenderá ao descontentamento cumulativo dos irrigantes no que se refere à administração autoritária e freqüentemente ineficiente dos perímetros. Em outros casos, porém, precisamente devido à denominação governamental, não existe experiência suficiente para fazer uma translação rápida e eficiente à administração pelos irrigantes.

A emancipação dos perímetros públicos já começou em alguns perímetros anteriormente controlados pela CODEVASF. O DNOCS mostra-se mais reticente, mas está sendo pressionado pelo Ministro da Irrigação a transferir aos colonos, até 1988 ou 1989, a responsabilidade pelos perímetros. Entretanto, este processo, bem como a transferência de título aos colonos nos perímetros do DNOCS está, em muitos casos, bloqueado por disputas judiciais por parte dos antigos proprietários desaproprados.

Mais urgente do que a própria emancipação é a necessidade imediata de atualizar tecnicamente tanto os irrigantes como aqueles responsáveis pela provisão de serviços para eles, bem como de providenciar aos irrigantes conhecimentos administrativos e organizacionais. Com este objetivo, o Ministério de Irrigação patrocinou uma série de cursos de treinamento de curto prazo em todo o Nordeste, em 1986. Esses cursos iniciais enfocaram a preparação de extensionistas e de outras pessoas que seriam responsáveis pelo treinamento, no futuro, dos atuais irrigantes e candidatos a lotes irrigados. Existem também recursos programados dentro do PROINE para o estabelecimento de um centro regional de treinamento para irrigante (SUDENE, 1986). Recursos adicionais estão sendo aplicados no estabelecimento de um centro nacional de pesquisa para agricultura irrigada sob a jurisdição da EM-BRAPA, e um programa de doutoramento em irrigação, os dois a serem localizados na região Nordeste.

Embora os beneficiários da reforma agrária sejam potencialmente muito mais numerosos, e não menos merecedores de apoio técnico e treinamento, o programa não recebeu recursos da ordem daqueles destinado ao PROINE. A capacidade do INCRA e de suas contrapartidas estaduais para efetivamente gerenciar o processo de desapropriação e assentamento tem sido questionada, sendo sua capacidade de providenciar apoio contínuo para os beneficiários da reforma agrária e assegurar sua emancipação eventual até mais fraca. A importância de esforços imediatos para assegurar uma administração efetiva de terra e água nos assentamentos da reforma agrária não pode ser subestimada. Sem tais esforços, o esquema muito mais concentrado sob o PROINE tem o potencial de aumentar ainda mais a superioridade técnica dos beneficiários dos projetos de irrigação, enfraquecendo a capacidade competitiva dos beneficiários da reforma agrária. Isto resultará em críticas ao programa da reforma agrária como inadequado à tarefa de resolver os problemas rurais da Região, sugerindo seu abandono em favor da intensificação agrícola localizada.

#### 4 – CONCLUSÕES PARA OS PROGRAMAS DE IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Tanto a reforma agrária nordestina como o PROINE apresentam problemas sérios na sua implementação efetiva e equitativa. Como descrito acima, a forma como foram concebidos aqueles programas leva a uma série de conflitos inter-programáticos, que fazem com que a política pública tenha de escolher entre irrigação ou reforma agrária, restringindo a possibilidade de que os beneficiários da reforma agrária sejam incorporados dentro do subsetor de agricultura irrigada. Para assegurar o alcance dos objetivos da reforma agrária, é necessário proteger seus beneficiários da vulnerabilidade à seca. Isto, por seu turno, implica um esforço imediato e vigoroso para o desenvolvimento do potencial dos recursos hídricos de forma a facilitar o manejo autônomo da infra-estrutura hidráulica pelos beneficiários da reforma agrária.

Com base na análise apresentada nas seções anteriores, sugere-se as seguintes diretrizes para os programas de reforma agrária e irrigação no Nordeste:

- (1) Dar prioridade ao assentamento dos beneficiários da reforma agrária em propriedades que já possuam alguma infra-estrutura hidráulica mínima – por exemplo, os açudes construídos com recursos públicos em propriedades privadas, e as bacias dos açudes públicos;
- (2) Estabelecer propriedade comum e direitos e responsabilidades coletivas sobre recursos hídricos nos projetos de reforma agrária dentro do processo de loteamento e titulação:

(3) Determinar o tamanho e configuração dos lotes de forma a refletir a qualidade diferencial da terra e a distribuição efetiva dos recursos hídricos, ou reservar para uso coletivo as áreas comuns que possuam qualidades locacionais superiores e tenham acesso à água para irrigação em sublotes individuais, hortas comunitárias ou campos coletivos;

(4) Remover os obstáculos à canalização do crédito para investimento em irrigação e assistência técnica dentro do PROINE para o setor da reforma agrária, fazendo com que grupos de irrigantes sejam elegíveis para recebê-los. Isto permitiria superar o viés atual do programa, que favorece a irrigação privada por empresários e desestimula o manejo coletivo de terra e água por pequenos produtores;

(5) Impor e fiscalizar taxas d'água a usuários de recursos hídricos beneficiados com investimento público, de forma a refletir o custo social do uso eficiente d'água, reservando os recursos assim obtidos para a manutenção da infra-estrutura de irrigação;

(6) Tentar recrutar para projetos de reforma agrária colonos que tenham alguma experiência com agricultura irrigada, tais como ex-colonos de projetos de irrigação públicos, os quais podem difundir técnicas de manejo d'água, com apoio técnico adequado e desenvolvimento da infra-estrutura hidráulica;

(7) Promover assistência técnica e treinamento dos beneficiários da reforma agrária em técnicas de agricultura irrigada e conservação d'água de baixo custo, com base em tecnologias desenvolvidas e testadas principalmente pela EMBRAPA, universidades nordestinas associadas com o PDCT-NE, e o Projeto de Tecnologia Alternativa da FASE.<sup>6</sup>

Para concluir, deve ser reiterado que a reforma fundiária é insuficiente, em si, para assegurar que a população do semi-árido nordestino, estimada em 10 milhões de pessoas, seja protegida contra as secas periódicas. Os beneficiários da redistribuição de terra precisam também assegurar acesso a fontes de água, assistência técnica e creditícia e canais de comercialização que lhes permitam competir no mercado capitalista. Isto é particularmente verdadeiro quando se tem em conta que a maioria dos esforços do poder público está sendo concentrada no fortalecimento do subsetor irrigado, ampliando o hiato existente no acesso à tecnologia e recursos, enfraquecendo os pequenos produtores de sequeiro e reduzindo as perspectivas para assentamento permanente no setor da reforma agrária.

## NOTAS

1. Esta última proporção fica ainda mais alta se for incluído o reservatório da barragem de Sobradinho no norte da Bahia, que serve para regular o fluxo do rio São Francisco e para gerar energia hidrelétrica.

2. O FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste, administrado pela SUDENE, permite que os empresários apliquem recursos destinados ao pagamento de impostos, em empreendimentos industriais ou agropecuários no Nordeste. Dos 287 empreendimentos agropecuários financiados por FINOR entre 1975 e 1983, 73% foram orientados unicamente à pecuária de corte (GASQUES, 1983).

3. A EMBRAPA classifica 20 milhões de hectares no Nordeste nas categorias “bom” ou “regular”, em termos do potencial agrícola sob tecnologia tradicional; este número se elevaria a 50 milhões de hectares com a utilização de práticas modernas de cultivo. No entanto, somente 14 milhões de hectares foram ocupados por culturas anuais ou perenes em 1980 (IBGE, 1983).

4. Agradeço a Edson Teófilo Filho, Diretor Regional do INCRA no Ceará, pelas idéias apresentadas nestes dois parágrafos.
5. Estas incluíram o Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Árido – CPATSA da EMBRAPA, as universidades federais através do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PDCT, e o Projeto de Tecnologias Alternativas – TA da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE.
6. Ver nota 5.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARGONZALEZ, R. Possibilidades de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Nordeste. *O Povo*. Universidade Aberta 7 dez. 1986. p.5
- AZEVEDO, R. de, A. C. Soares, e J. S. LEMOS. *Estudo do Comportamento da Renda e da Produtividade Agrícola dos Principais Perímetros de Irrigação do Nordeste sob a Jurisdição do DNOCS, 1977/84*. Fortaleza: Departamento de Economia Agrícola, UFC/CCA, 1986. Série Pesquisa N. 45, 1986.
- BORGES, U. A. *Ações do DNOCS no Nordeste – Perspectivas*. Fortaleza: DNOCS, 1985.
- BURSZTYN, M. *O Poder dos Donos; Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CNBB. *Considerações Sobre o Homem e a Seca no Nordeste*. Conselho Nacional Brasileiro de Bispos, 1982.
- DUQUE, J. G. *Solo e Água no Polígono das Secas*. 4. ed., Fortaleza, 1973.
- FAO/BIRD. *Brazil: Northeast Irrigation Review*. Roma, FAO, 1983
- FUNDAÇÃO BAHIANA. *Convivência do Homem com a Seca e Irrigação no Nordeste*. Salvador: Fundação Bahiana para Estudos Econômicos e Sociais, 1984.
- GASQUEZ, J. *Relatório de Avaliação do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR*. Brasília: IPEA, 1983.
- GTDN. *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. 2 ed., Recife: SUDENE, 1959.

- HALL, A. **Drought and Irrigation in North-East Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- HIRSCHMAN, A. **Journeys Toward Progress**. New York: Twentieth Century Fund, 1963.
- IBGE. **Anuário Estatístico – 1982**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.
- ISTO É. “Chuva de Prata – Governo põe 4,3 bilhões de dólares em irrigação”. 14 de maio, 1986, p. 16.
- LAVINAS, L. **Perímetros Irrigados: Na Mira, a Lógica do Valor**. In: **Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências**. Fortaleza: Mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 1986.
- LEAL, M. S. **O Arrendamento no Açude Cedro e a Política de Açudes do DNOCS**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento) – UFCE, 1987.
- LIMA, M. J., M. F. SALES e M. L. MONTEIRO. **Açudagem no Nordeste e o Processo de Fixação do Homem no Meio Rural**. Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Relatório de Pesquisa, 1987.
- O POVO. **Quem Será Beneficiado no Plano do MIRAD**. Fortaleza, 29 junho, 1986, p. 10.
- PESSOA, D. **Drought in Northeast Brazil: Impact and Government Response**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s.d. Mimeo.
- SAMPAIO, Y., G. M. GOMES, e J. F. IRMÃO. **Política Agrícola no Nordeste: Intenções e Resultados**. Brasília; BINAGRI, 1979.
- LEITE, P. S. **Produção Cooperativa nos Projetos de Irrigação do Nordeste: Situação e Perspectivas**. *Rev. Econômica do Nordeste*, n.12, 1981, p.395-433.
- SUDENE **A Problemática e a Política de Terra e Água do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1985. (Série Projeto Nordeste, 7)
- SUDENE **Programa de Irrigação do Nordeste: 1986/90**. Recife: SUDENE/Comissão Interministerial, 1986.
- TEÓFILO, WAGNER, F.E., A. B., e ACUÑA, R. P. **A Reforma Agrária no Brasil e o Desenvolvimento de Formas Associativas de Posse e Uso da Terra**. Fortaleza: CEPAL, 1986.
- UPHOFF, N. T. **Getting the Process Right; Improving Irrigation Management with Farmer Participation**. Boulder: Colorado: Westview Press, 1986.